Edital CNPq/MAPA/SDA Nº 064/2008

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, por intermédio da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, tornam público o presente Edital e convidam os interessados a apresentarem propostas nos termos aqui estabelecidos, e em conformidade com o anexo **REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**, parte integrante deste Edital.

1. OBJETIVO

O presente Edital tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, mediante a seleção de propostas para apoio financeiro a projetos relacionados ao objeto abaixo indicado, em conformidade com as condições estabelecidas no **REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**, anexo a este Edital, que determinará, também, condições e requisitos relativos ao proponente, cronograma, recursos financeiros a serem aplicados nas propostas aprovadas, origem dos recursos, itens financiáveis, prazo de execução dos projetos, critérios de elegibilidade, critérios e parâmetros objetivos de julgamento e demais informações necessárias.

1.1. OBJETO

Apoiar atividades que ampliem a competência científica, tecnológica e de gestão de modo a contribuir significativamente para ampliação e melhoria das ações de defesa agropecuária do País, especificamente nas áreas de saúde animal, sanidade vegetal, qualidade e inocuidade de produtos de origem animal e vegetal e de insumos agropecuários.

2. APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS PROPOSTAS

2.1. As propostas devem ser apresentadas sob a forma de projeto e encaminhadas ao CNPq exclusivamente via Internet, por intermédio do **Formulário de Propostas Online**, disponível na **Plataforma Carlos Chagas** (<http://carloschagas.cnpq.br>), a partir da data do Lançamento do Edital no Diário Oficial da União e na página do CNPq, indicada no subitem **1.4** do **REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**.

2.2. As propostas devem ser transmitidas ao CNPq, até às 18h (dezoito horas), horário de Brasília, da data limite de submissão das propostas, descrita no subitem **1.4** do **REGULAMENTO**. No entanto, o sistema eletrônico (servidor de rede) receberá propostas com tolerância de mais 24 (vinte e quatro horas), encerrando-se, impreterivelmente, às 18h (dezoito horas) do dia posterior à data de submissão das propostas, horário de Brasília. O proponente receberá, imediatamente após o envio, um recibo eletrônico de protocolo da sua proposta, o qual servirá como comprovante da transmissão.

2.3. As propostas devem ser apresentadas em conformidade com o descrito no item **2 - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE** do **REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**, contendo rigorosamente todos os itens previstos neste Edital. As propostas devem ser geradas fora do Formulário de Propostas On line e anexada a

este, nos formatos doc, pdf, rtf ou post script, limitando-se a 500kb (quinhentos kilobytes). Recomenda-se evitar o uso de figuras, gráficos etc, que comprometam a capacidade do arquivo, pois propostas que excedam o limite de 500kb não serão recebidas pelo guichê eletrônico do CNPq.

2.4. Não serão aceitas propostas submetidas por qualquer outro meio, tampouco após o prazo final de recebimento estabelecido no subitem 2.2. acima. Assim, recomenda-se o envio das propostas com antecedência, uma vez que o CNPq não se responsabilizará por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamentos.

2.5. Caso a proposta seja remetida fora do prazo de submissão, ela não será aceita pelo sistema eletrônico. Por este motivo e, no cumprimento do disposto no caput do art. 41, da **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993, não haverá possibilidade de a proposta ser acolhida, examinada e julgada.

2.6. Será aceita uma única proposta por proponente. Na hipótese de envio de uma segunda proposta pelo mesmo proponente, respeitando-se o prazo limite estipulado para submissão das propostas, esta será considerada substituta da anterior, sendo levada em conta para análise apenas a última proposta recebida.

2.7. Em se constatando projetos de pesquisa idênticos, submetidos por proponentes diferentes, todas as propostas serão desclassificadas.

3. ADMISSÃO, ANÁLISE E JULGAMENTO

A seleção das propostas submetidas ao CNPq, em atendimento a este Edital, será realizada por intermédio de análises e avaliações comparativas. Para tanto, são estabelecidas as seguintes etapas:

3.1. Etapa I - Análise pela Área Técnica do CNPq

Esta etapa, a ser realizada pela área técnica do CNPq, consiste na análise das propostas apresentadas quanto à sua adequação ao presente Edital, de acordo com o estabelecido no item **2 - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE** do **REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**.

3.2 . Etapa II - Análise, julgamento e Classificação pelo Comitê Julgador

3.2.1. As propostas serão avaliadas e classificadas nesta etapa, considerando a análise da etapa 3.1. e os **CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO** indicados no item **3** do **REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**.

3.2.2. A pontuação final de cada projeto será aferida conforme estabelecido no **item 3 - CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO** do **REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**.

3.2.3. Após a análise de mérito e relevância de cada proposta e da adequação de seu orçamento, o Comitê, dentro dos limites orçamentários e disponibilidades financeiras estipulados pela Diretoria Executiva do CNPq, poderá recomendar:

- a) aprovação, com ou sem cortes orçamentários; ou
- b) não aprovação.

3.2.4. O parecer do Comitê será registrado em Ata de Reunião, contendo a relação das propostas julgadas, recomendadas e não recomendadas, com as respectivas pontuações finais, em ordem decrescente, assim como outras informações e recomendações julgadas pertinentes. Para propostas recomendadas, serão definidos os valores a serem financiados pelo CNPq. Para propostas não recomendadas, serão emitidos pareceres consubstanciados contendo as justificativas para a não recomendação. A Ata de Reunião será assinada pelos membros do Comitê.

3.2.5. Não é permitido integrar o Comitê Julgador o pesquisador que tenha apresentado propostas a este Edital ou que participe da equipe do projeto.

3.2.6. É vedado a qualquer membro do Comitê julgar propostas de projetos em que:

- a) haja interesse direto ou indireto seu;
- b) esteja participando da equipe do projeto seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral, até o terceiro grau; ou
- c) esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer membro da equipe do projeto ou seus respectivos cônjuges ou companheiros.

3.3 . Etapa III - Aprovação pela Diretoria Executiva - DEX do CNPq

Todas as propostas recomendadas pelo Comitê serão submetidas à apreciação da Diretoria Executiva do CNPq, que, após ouvido o MAPA, emitirá a decisão final sobre sua aprovação, observados os limites orçamentários deste Edital.

4. RESULTADO DO JULGAMENTO

4.1. A relação das propostas aprovadas, com recursos financeiros do presente Edital, será divulgada na página eletrônica do CNPq, disponível na Internet no endereço www.cnpq.br e publicada no **Diário Oficial da União**.

4.2. Todos os proponentes do presente Edital tomarão conhecimento do parecer sobre sua proposta por intermédio de correspondência eletrônica, preservada a identificação dos pareceristas.

5. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

5.1. Caso o proponente tenha justificativa para contestar o resultado do julgamento das propostas, poderá apresentar recurso em formulário específico, disponível na Plataforma Carlos Chagas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do resultado no Diário Oficial da União, desde que esteja disponibilizada ao proponente o parecer do Comitê Julgador.

5.2. O recurso deverá ser dirigido à Comissão Permanente de Análise de Recursos -COPAR que, após exame, encaminhará para deliberação final da Diretoria Executiva do CNPq.

5.3. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos. O prazo só se inicia e vence em dias de expediente no CNPq.

5.4. A norma específica, Instrução de Serviço nº 012/2004, que estabelece os procedimentos necessários para interposição de recursos está disponível na página do CNPq, no endereço eletrônico http://www.cnpq.br/normas/is_04_012.htm.

6. DA CONTRATAÇÃO DAS PROPOSTAS APROVADAS

6.1. As propostas aprovadas serão contratadas na modalidade de Auxílio Individual, em nome do Coordenador/Proponente, mediante assinatura de Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro a Projeto de Pesquisa Científica e/ou Tecnológica (http://www.cnpq.br/normas/rn_06_024.htm).

6.2. A assinatura do Termo de Concessão ficará subordinada à existência prévia de Protocolo de Cooperação Técnica, celebrado entre a instituição de execução do projeto e o CNPq, conforme previsão contida na alínea "a" do item 5 do Anexo I da Resolução Normativa nº 024/2006:

http://www.cnpq.br/normas/rn_06_024.htm

6.3. A existência de alguma inadimplência do proponente com a Administração Pública Federal direta ou indireta, constituirá fator impeditivo para a contratação do projeto.

7. CANCELAMENTO DA CONCESSÃO

A concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada pela Diretoria Executiva do CNPq, por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis em decisão devidamente fundamentada.

8. PUBLICAÇÕES

8.1. As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação de trabalho de pesquisa, apoiados pelo presente Edital, deverão citar, obrigatoriamente, o apoio do MAPA-SDA/CNPq como financiadores.

8.2. As ações publicitárias atinentes a projetos e obras financiadas com recursos da União, deverão observar rigorosamente as disposições contidas no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, bem assim aquelas consignadas nas Instruções da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República - atualmente a IN/SECOM-PR nº 31, de 10 de setembro de 2003.

9. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

9.1- Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital o proponente que não o fizer até o segundo dia útil anterior ao prazo final estabelecido para recebimento das propostas. Ademais, não terá efeito de recurso a impugnação feita por aquele que, em o tendo aceito sem objeção, venha apontar, posteriormente ao julgamento, eventuais falhas ou imperfeições.

9.2. A impugnação deverá ser dirigida à Diretoria Executiva do CNPq, por correspondência eletrônica, para o endereço: dpt@cnpq.br

10.REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

10.1. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da Diretoria Executiva do CNPq, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

11.PERMISÕES E AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS

11.1. É de exclusiva responsabilidade de cada proponente adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, necessárias para a execução do projeto.

12.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Durante a fase de execução do projeto, toda e qualquer comunicação com o CNPq deverá ser feita por meio de correspondência eletrônica à Coordenação responsável pelo edital, indicado no **REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**.

12.2. Qualquer alteração relativa à execução do projeto deverá ser solicitada ao CNPq por seu coordenador, acompanhada da devida justificativa, devendo a mesma ser autorizada antes de sua efetivação.

12.3. Ao final da vigência, o proponente deverá apresentar a prestação de contas financeira e o relatório técnico, em conformidade com o estabelecido no Termo de Concessão e demais normas do CNPq.

12.4. O projeto será avaliado em todas as suas fases, conforme definido no Termo de Concessão.

12.5. O CNPq, em parceria com o MAPA, reservam-se o direito de, durante a execução do projeto, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais visando aperfeiçoar o sistema de Avaliação e Acompanhamento das ações objeto deste Edital.

12.6. As informações geradas com a implementação das propostas selecionadas e disponibilizadas na base de dados do CNPq serão de domínio público.

12.7. Nos casos em que os resultados do projeto ou o relatório em si tenham valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto ou método envolvendo o estabelecimento de uma patente, a troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, dar-se-ão de acordo com o estabelecido na Lei de Inovação nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, observando-se a Resolução Normativa nº 013/2008 CNPq e as demais disposições legais vigentes http://www.cnpq.br/normas/rn_08_013.htm.

12.8. O presente Edital regula-se pelos preceitos de direito público e, em especial, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, pelas normas internas do CNPq.

13. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS ACERCA DO CONTEÚDO DO EDITAL E PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE PROPOSTA ONLINE

Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste Edital e sobre o preenchimento do Formulário de Proposta Online poderão ser obtidos por intermédio do endereço eletrônico e telefones indicados em item específico do anexo **REGULAMENTO/CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**.

14. CLÁUSULA DE RESERVA

A Diretoria Executiva do CNPq reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital.

Brasília, 8 de outubro de 2008

REGULAMENTO

Edital CNPq/MAPA/SDA Nº 64/2008

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

O presente REGULAMENTO tem por finalidade definir as atividades a serem apoiadas financeiramente e as condições para implementação do apoio, mediante a seleção, por edital, de propostas para execução de projetos, nos seguintes termos.

1. DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

1.1. Do objeto

Apoiar atividades que ampliem a competência científica, tecnológica e de gestão, que visem contribuir significativamente para as ações de defesa agropecuária do País, nas áreas de saúde animal, sanidade vegetal, qualidade e inocuidade de produtos de origem animal e vegetal e de insumos agropecuários.

1.1.1. Temas

Serão apoiados projetos bem fundamentados, estruturados e abrangentes, em pelo menos um dos temas a seguir:

1.1.1.1. Defesa agropecuária do País na área de vigilância e sanidade animal e vegetal

1.1.1.2. Qualidade e inocuidade de produtos de origem animal e vegetal

1.1.1.3. Qualidade e inocuidade de insumos agropecuários

1.1.2. Linhas de ação

As propostas serão orientadas em quatro linhas de ação que contemplam toda a demanda do MAPA no âmbito da defesa agropecuária e podem ser direcionadas separadamente para a área animal ou vegetal.

1.1.2.1. Estruturação e implantação de redes de pesquisas científicas, tecnológicas de inovação e controle

Propostas com o intuito de idealizar, organizar, implantar e gerir Redes de Pesquisa de âmbito nacional em temas definidos neste Regulamento e que apresentem estreita vinculação às ações do MAPA. Lista dos assuntos de interesse específico do MAPA e do setor produtivo nacional, relacionados a cada tema, encontra-se disponível para consulta no anexo 1 do edital e no link **SDA/CNPq** (http://www.agricultura.gov.br/portal/page?_pageid=33,965524&_dad=portal&_schema=PORTAL). Para esta chamada serão aceitos projetos cujo valor seja de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

1.1.2.2. Projetos de pesquisa científica e tecnológica e inovação

Propostas de projetos de pesquisa devem ser bem fundamentadas, integradores de conhecimento e com abordagem ampla e que guardem estreita aderência aos temas descritos acima e assuntos específicos disponíveis no anexo 1 do edital e no link **SDA/CNPq**. Para esta chamada serão aceitos projetos de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

1.1.2.3. Capacitação de recursos humanos

Propostas de realização de atividades de capacitação técnica especializada em áreas e temas estabelecidos acima e documento específico do MAPA disponível no anexo 1 do edital e no link **SDA/CNPq**. Serão atendidas propostas para a realização de workshops e oficinas; ofertas de cursos de curta duração e de especialização (mínimo de 360h) no país; criação de cursos de mestrado profissional todos voltados para a capacitação de agentes e gestores para atuação em defesa agropecuária e treinamentos específicos de curta duração no exterior e; visitas técnicas e missões em atividades estratégicas em centros e órgãos no exterior. Para esta chamada serão aceitos projetos de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

1.1.2.4. Centros colaboradores em defesa agropecuária

Propostas poderão ser apresentadas para a criação, implantação e consolidação de Centros Colaboradores em Defesa Agropecuária - CDAs, visando integrar, estruturar, ampliar e consolidar a competência nacional em sanidade animal e vegetal, qualidade e inocuidade de insumos agropecuários e de produtos de origem animal e vegetal. As propostas versarão nas áreas e temas estabelecidos pelo MAPA e poderão abranger todas as linhas de ação, especificadas ou parte destas, podendo ser estruturadas em uma ou mais áreas ou temáticas específicas. Os Centros deverão ser ancorados em instituições consolidadas e liderados por pesquisadores ou especialistas de reconhecida competência e deverão ter como missão central o desenvolvimento científico e tecnológico e formação de recursos humanos que contribuam de modo direto para a melhoria da defesa agropecuária do país. Deverão ainda se estruturar de modo a caracterizarem-se por uma efetiva sinergia e estreita colaboração com o MAPA/SDA e setor produtivo. Como parte de sua missão, é desejável que o CDA atue também na difusão tecnológica, ofereça prestação de serviços laboratoriais especializados como diagnósticos, laudos e análises diversas, relacionadas às atividades da defesa agropecuária. Os mecanismos de integração e estreita colaboração com as atividades do MAPA deverão ser bem estruturados e explicitados na proposta. É desejável que o Centro disponha de laboratórios especializados que atendam às exigências para serem credenciados pela Secretaria de Defesa Agropecuária e estejam harmonizados em sua atuação com os temas de atuação daquela Secretaria. Para esta chamada serão aceitos projetos de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Diferentes membros da equipe de um CDA poderão submeter propostas de projetos nas demais linhas.

1.2 Justificativa

O agronegócio é fundamental para a economia do país, pois representa cerca de um terço do nosso PIB e tem dado grande contribuição às exportações de commodities e produtos agro-industriais.. O Brasil caminha para se tornar uma liderança mundial no agronegócio e para consolidar nessa atividade é preciso ampliar sua competência para atuar de modo eficiente no controle das cadeias de produção agropecuária de modo a garantir qualidade e segurança dos produtos e das cadeias de produção. Já exportamos hoje para 180 países. Podemos conquistar novos mercados, mas para isto precisamos alcançar padrões elevados de certificação e qualidade sanitária e fitossanitária, mantendo assim elevada competitividade no mercado internacional com melhor enfrentamento das exigências e barreiras como afirmado recentemente pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva "investir em sanidade é na verdade proteger o patrimônio nacional e por isso colocamos a sanidade animal e vegetal entre as prioridades deste mandato".

O Brasil ainda enfrenta situações oriundas da imposição de barreiras sanitárias e fitossanitárias que precisam ser superadas. Além disso, está sob ameaça constante do avanço e severidade de pragas e doenças de plantas e animais já existentes no país e daquelas quarentenárias que podem ser introduzidas no país a qualquer momento se medidas preventivas competentes e eficazes não forem delineadas e implementadas pelo poder público e pelo setor produtivo.

A missão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira. No cumprimento de sua missão, o MAPA formula e executa políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando aspectos mercadológicos, tecnológicos, científicos, organizacionais e ambientais, na busca do atendimento às exigências dos consumidores brasileiros e do mercado internacional.

As medidas adotadas pela Secretaria de Defesa Agropecuária-SDA do MAPA fundamentam-se na técnica, na ciência e na legislação em vigor, conforme preconizam os Acordos de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias e de Obstáculos Técnicos ao Comércio da OMC. O apoio, por meio do CNPq, que a comunidade científica e tecnológica brasileira prestará às atividades da defesa agropecuária impactará positivamente o desenvolvimento do agronegócio nacional e a Academia que poderá, por sua vez, atuar de modo objetivo na solução de obstáculos à melhoria da qualidade dos insumos agropecuários e do status sanitário e fitossanitário de animais e vegetais, assim como da qualidade e inocuidade de seus produtos e subprodutos.

Com esse propósito, a SDA e o CNPq, em inédita parceria, propõem o presente edital que terá como reflexo o aumento do número de instituições e da massa crítica de cientistas especializados em temas relacionados à defesa agropecuária, além de contribuir para o financiamento de projetos de pesquisa e formação profissional mediante a concessão de bolsas de estudos em temas específicos da defesa agropecuária, resultando assim na ampliação da competência acadêmica e tecnológica e do aparato regulador no país. A SDA, como único órgão de governo que executa a certificação de forma sistêmica e ao longo de toda a cadeia produtiva do agronegócio, desde os insumos para produção das plantas e dos animais, passando pelas plantas e animais sadios, até os produtos e subprodutos de origem animal ou vegetal, há muito demanda suporte científico e tecnológico para as suas ações.

Até o presente, esse suporte é obtido informalmente e os resultados das colaborações são pontuais e muitas vezes aquém das expectativas. Com o lançamento deste edital a articulação da SDA com especialistas será

ampliada e formalizada, permitindo maior sinergia e efetiva colaboração para atender às necessidades de suporte científico, tecnológico e de inovação para a área. Isto permitirá a SDA acompanhar o crescimento do agronegócio e o conseqüente aumento das exigências de padrões sanitários e fitossanitários da produção em larga escala e do mercado globalizado. A partir das ações contratadas pressupõem-se a melhoria e ampliação do suporte oferecido por órgãos e entidades de ciência e tecnologia, fundamentando-se as ações e garantindo maior eficácia às defesas agropecuária. O suporte técnico, científico e organizado e as inovações disponibilizados pelos grupos, laboratórios e instituições contratadas garantirão o avanço significativo à defesa agropecuária brasileira, apoiando-a no enfrentamento dos importantes desafios relacionados ao comércio internacional de animais, vegetais e seus produtos e subprodutos que, freqüentemente, se apresentam como barreiras não tarifárias das commodities e aos produtos do setor agroindustrial brasileiros.

1.3. Proponente

1.3.1. Poderão apresentar propostas a este Edital pesquisadores e professores com vínculo empregatício com:

- a) instituições de ensino superior, públicas ou privadas, sem fins lucrativos;
- b) centros e institutos de pesquisa e desenvolvimento, públicos ou privados, sem fins lucrativos;
- c) empresas públicas, que executem atividades de pesquisa em Ciência, Tecnologia ou Inovação.

Todas as instituições deverão ser constituídas sob as leis brasileiras e deverão ter sua sede e administração no País, sendo denominadas **Instituição de Execução do Projeto**. Deve-se observar que o vínculo do proponente com a instituição deve perdurar por todo o prazo de execução do projeto.

1.3.2. O proponente será, necessariamente, o pesquisador coordenador do projeto e poderá apresentar uma única proposta.

1.3.3. Ao apresentar a proposta o proponente assume o compromisso de manter, durante a execução do projeto, todas as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto, preservando atualizados os seus dados cadastrais junto aos registros competentes.

1.4. Cronograma

EVENTOS	DATAS
Lançamento do Edital no Diário Oficial da União e na página do CNPq na internet	09/10/2008
Data limite para submissão das propostas	24/11/2008
Divulgação dos resultados no DOU e na página do CNPq na internet	A partir de 4/12/2008
Início da contratação dos projetos	A partir de 5/12/2008

1.5 Recursos financeiros

1.5.1. As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), a serem repassados da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, pertencente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, e liberados aos coordenadores de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq. O repasse dos recursos ocorrerá na forma abaixo:

Fonte/ Financiador	Valor para o ano de 2008	Valor para o ano de 2009	Valor para o ano de 2010
SDA/MAPA	20.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00

1.5.2. Os recursos serão divididos da seguinte forma:

- para a Linha 1 (**Redes de Pesquisa**): valor máximo alocado de R\$18.000.000,00
- para a Linha 2 (**Projetos de Pesquisa**): valor máximo alocado de R\$66.000.000,00
- para a Linha 3 (**Capacitação de Recursos Humanos**): valor máximo alocado de R\$9.000.000,00
- para a Linha 4 (**Centros Colaboradores em Defesa Agropecuária**): valor máximo alocado de R\$27.000.000,00

1.5.3 . Os recursos não utilizados em uma linha de ação poderão ser transferidos para as outras linhas de ação.

1.6 . Itens financiáveis

Serão financiados itens referentes a custeio, capital e bolsas. Todos os itens devem estar devidamente justificados e diretamente relacionados ao objeto e às atividades do projeto.

1.6.1. Custeio:

- a) material de consumo, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos, software , instalação, recuperação e manutenção de equipamentos;
- b) serviços de terceiros – pagamento integral ou parcial de contratos de manutenção e serviços de terceiros, pessoa física ou jurídica, de caráter eventual. Qualquer pagamento a pessoa física deve ser realizado de acordo com a legislação em vigor, de forma a não estabelecer vínculo empregatício. Assim, a mão-de-obra empregada na execução do projeto não terá vínculo de qualquer natureza com o CNPq e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, permanecendo na exclusiva responsabilidade do coordenador/instituição de execução do projeto;
- c) despesas acessórias, especialmente as de importação e as de instalações necessárias ao adequado funcionamento dos equipamentos;
- d) passagens e diárias (de acordo com as Tabelas de Valores de Diárias para Auxílios Individuais e Bolsas de Curta Duração - <http://www.cnpq.br/bolsas/valores.htm>);
- e) realização de eventos;

1.6.1.1. O valor total solicitado para os itens de custeio, com exceção de passagens e diárias, deverão ser incluídos no campo **custeio** do Formulário de Propostas *Online*. Os valores de passagens e diárias deverão ser incluídos em campos do mesmo nome do referido formulário, seguindo as instruções lá contidas.

1.6.1.2. Quando aplicável, a proposta deve incluir as despesas acessórias decorrentes da importação de equipamentos, material permanente e material de consumo, na razão de até 10 % (dez por cento) do montante previsto para tais gastos. O CNPq não responde pela suplementação de recursos para fazer frente a despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle, como flutuação cambial.

1.6.2. Capital:

- a) equipamentos e materiais permanentes;
- b) material bibliográfico;

1.6.2.1. Os itens de capital serão alocados na instituição de execução do projeto sob a responsabilidade, manutenção e guarda do coordenador/instituição de execução do projeto.

1.6.3. Bolsas

1.6.3.1. Poderão ser concedidas Bolsas Individuais de Fomento Tecnológico de Longa e Curta duração, nas modalidades Desenvolvimento Tecnológico Industrial - DTI, Extensão no País - EXP, Iniciação Tecnológica Industrial - ITI, Apoio Técnico em Extensão no País - ATP, Especialista Visitante - EV e Estágio/Treinamento no País - BEP, Estágio/Treinamento no Exterior - BSP e Especialista Visitante - BEV. Os recursos referentes às bolsas serão incluídos, automaticamente, pelo Formulário de Propostas *on line*, no orçamento do projeto.

1.6.3.2. Os recursos a serem alocados em cada proposta deverão observar os limites máximos de 10% para capital; 20% para bolsas e 70% para custeio.

1.6.3.3. As bolsas de curta duração, (BEP, BEV e BSP) são pertinentes apenas para a linha de atuação número 3 - Formação de Recursos Humanos - e deverão ser computadas como custeio.

1.6.3.4. As bolsas deverão fazer parte do orçamento do projeto. Coordenadores de projeto, em caráter excepcional, poderão receber bolsa na modalidade DTI, nível 3, desde que explicitado na proposta, recomendado pelo Comitê Julgador, aprovado pela Diretoria do CNPq e atendidas as normas vigentes.

1.6.3.5. A implementação das bolsas deverá ser realizada dentro dos prazos e critérios estipulados para cada uma dessas modalidades, que estão indicadas no endereço <http://www.cnpq.br/bolsas/index.htm>. A duração das bolsas não poderá ultrapassar o prazo de execução do projeto e fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira no projeto.

1.6.3.6. As bolsas não poderão ser utilizadas para pagamento de prestação de serviços, uma vez que tal utilização estaria em desacordo com a finalidade das bolsas do CNPq. A implementação deve seguir rigorosamente as normas vigentes e as bolsas na modalidade DTI e EXP não poderão ser atribuídas a profissionais com vínculo empregatício/funcional, exceto para os coordenadores de projetos, conforme item 1.6.3.4 Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro a Projeto de Pesquisa Científica e/ou Tecnológica.

1.6.4. São vedadas despesas:

- a) com contratação ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo ou quaisquer outras vantagens para pessoal de instituições públicas (federal, estadual ou municipal);
- b) de rotina como as contas de luz, água, telefone, correios, reprografia e similares, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da Instituição de Execução;
- c) com crachás, pastas e similares, certificados, ornamentação, coquetel, jantares, shows ou manifestações artísticas de qualquer natureza;
- d) com aquisição ou reforma de mobiliários;

e) com obras civis (ressalvadas as obras com instalações e adaptações necessárias ao adequado funcionamento de equipamentos ou atender atividades específicas do projeto) entendidas como de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto e das colaboradoras;

f) com pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias da União e Decreto Federal nº 5.151 de 22/04/2004;

g) com pagamento de taxas de administração ou gestão, a qualquer título;

h) com aluguel de veículos e despesas vinculadas (seguro, taxas, manutenção etc.);

i) com o pagamento de pedágios.

1.6.5. As demais despesas deverão ser de responsabilidade do proponente/instituição de execução do projeto, a título de contrapartida.

1.6.6. Para aquisição de bens ou contratação de serviços de terceiros, Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, deverá ser observada a legislação vigente, bem como as normas do CNPq, disponíveis no endereço eletrônico www.cnpq.br/prestacaocontas/legislacao.htm

1.7. Prazo de execução dos projetos

As propostas a serem apoiadas pelo presente Edital deverão ter seu prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação e avaliação e concordância de justificativa do proponente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por período não superior a um ano.

1.8. Coordenação responsável pelo edital

A Coordenação responsável pelo acompanhamento do presente Edital é a Coordenação Geral de Agropecuária e Biotecnologia do CNPq.

2. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE (REQUISITOS OBRIGATÓRIOS E CARACTERÍSTICAS DA PROPOSTA)

Os critérios de elegibilidade indicados abaixo são obrigatórios. O atendimento aos mesmos é considerado imprescindível para o exame da proposta, seu enquadramento, análise e julgamento. A ausência ou insuficiência de informações sobre quaisquer deles resultará na desclassificação da proposta.

2.1. Quanto ao proponente e equipe de apoio

2.1.1. O proponente deve atender aos itens abaixo:

a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado no prazo de até 7 (sete) dias após a data limite para submissão da proposta, conforme RN-004/2008:

http://www.cnpq.br/normas/rn_08_004.htm;

b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto;

c) ter vínculo empregatício/funcional com a instituição de execução do projeto, constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País.

2.1.2. O proponente deverá ter produção científica ou experiência tecnológica relevante na área específica do projeto de pesquisa.

2.1.3. A equipe técnica poderá ser constituída por pesquisadores, alunos e técnicos. Outros profissionais poderão integrar a equipe na qualidade de colaboradores.

2.1.4. Somente deverão ser incluídos na equipe do projeto aqueles que tenham prestado anuência formal escrita, a qual deve ser mantida sob a guarda do Coordenador do projeto.

2.1.5. É recomendável, que os membros da equipe técnica caracterizados como pesquisadores tenham seus currículos cadastrados na Plataforma Lattes. Essa exigência não se aplica a pesquisadores estrangeiros. Tal procedimento facilitará a análise de mérito do comitê julgador.

2.2. Quanto à proposta

2.2.1. O projeto deve estar claramente caracterizado e em concordância com as diretrizes do MAPA/SDA e temas deste edital.

2.2.2. As propostas deverão ser apresentadas na forma de projeto de pesquisa, de rede, formação de RH ou criação de Centro, conforme descritos no item 1.1.2 do Regulamento. Recomenda-se que tais propostas apresentem as seguintes informações, de forma a permitir sua adequada análise por parte dos Comitês Julgadores:

a) identificação da proposta;

b) qualificação do principal problema e justificativa e vinculação da proposta à defesa agropecuária;

a) fundamentação técnico-científica do projeto;

b) organização e composição da equipe, perfil e qualificação e envolvimento no projeto;

c) objetivos e metas a serem alcançados;

f) metodologia a ser empregada e mecanismos de interação com o MAPA

g) principais contribuições científicas ou tecnológicas da proposta e resultados esperados bem como impacto à defesa agropecuária no âmbito da SDA;

h) orçamento detalhado e justificado;

i) cronograma de atividades e físico-financeiro;

j) identificação dos demais participantes do projeto e grau de interesse com o escopo da proposta, quando for o caso;

k) indicação de colaborações ou parcerias já estabelecidas com outros centros de pesquisa na área;

l) disponibilidade efetiva de infra-estrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto;

m) Indicadores de metas e progresso.

2.3. Quanto à instituição de execução

2.3.1. A instituição de execução do projeto deverá se enquadrar ao estabelecido pelo subitem 1.3.1 deste Regulamento.

3 - CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO

São os seguintes os critérios para enquadramento das propostas quanto ao mérito técnico-científico e sua adequação orçamentária.

CRITÉRIOS DE ANÁLISE E JULGAMENTO		NOTA	PESO
A	Qualidade, relevância e aderência da proposta em relação aos objetivos do edital	1 a 10	3,0
B	adequação , fundamentação e abrangência da proposta e da metodologia do projeto	1 a 10	2,0
C	competência e experiência do coordenador na área da proposta	1 a 10	2,0
D	coerência e adequação entre a capacitação, perfil profissional e experiência da equipe do projeto em relação aos objetivos, atividades e metas propostos	1 a 10	2,0
E	Organização, mecanismos e capacidade de articulação ou inserção do projeto nas atividades da SDA e demais atores do agronegócio brasileiro	1 a 10	2,0
F	Adequação do orçamento aos objetivos, atividades e metas propostos e relação custo/benefício	1 a 10	2,0
G	coerência entre objetivos, metodologia, resultados esperados e impactos positivos na defesa agropecuária	1 a 10	2,0
H	Adequação dos indicadores de avaliação e progresso da proposta	1 a 10	1,0
I	compatibilidade da infra-estrutura e da equipe de apoio com o plano de atividades e articulação com outros atores da defesa agropecuária	1 a 10	1,0

3.1. As notas deverão ser de 0 a 10 e poderão ser utilizadas até duas casas decimais.

3.2. A pontuação final de cada projeto será aferida pela média ponderada dos resultados da multiplicação da nota atribuída por seu respectivo peso, para cada item.

4 - AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

4.1. O CNPq e o MAPA poderão fazer acompanhamentos e avaliações durante a vigência dos projetos na forma que julgar conveniente.

4.2. O Coordenador do projeto deverá encaminhar em Formulário online específico, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do projeto, em conformidade com o Termo de Concessão e demais normas do CNPq:

a) a prestação de contas financeira, com apresentação de comprovantes de despesas, em conformidade com as normas de Prestação de Contas disponíveis no endereço eletrônico:

<http://www.cnpq.br/prestacaocontas/index.htm>; e

b) o relatório técnico final, com detalhamento de todas as atividades desenvolvidas na fase de organização e realização do evento e o registro de todas as ocorrências que afetaram o seu desenvolvimento.

5 - DOS ESCLARECIMENTOS E DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS ACERCA DO CONTEÚDO DO EDITAL E PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE PROPOSTA ONLINE

Os esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste Edital e sobre o preenchimento do Formulário de Proposta Online poderão ser obtidos por intermédio do endereço eletrônico e telefones indicados abaixo:

5.1. Sobre o conteúdo do Edital

Os esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste Edital podem ser obtidos encaminhando mensagem eletrônica para o endereço: **edital64_2008@cnpq.br**

5.2. Sobre o preenchimento do Formulário de Proposta *online*

O atendimento a proponentes com dificuldades no preenchimento do Formulário de Propostas Online será feito pelo endereço **suporte@cnpq.br** ou pelos telefones (61) 2108-9004 ou 2108-9354, de segunda a sexta-feira, no horário de 8h30 às 18h30.

Anexo 1:

Diretrizes do Mapa para as Ações de Pesquisa, Capacitação e Inovação Tecnológica em Defesa Agropecuária no Âmbito do Edital MAPA/CNPq

Edital CNPq/MAPA/SDA Nº 064/2008

ANEXO 1

DIRETRIZES DO MAPA PARA AS AÇÕES DE PESQUISA, CAPACITAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM DEFESA AGROPECUÁRIA NO ÂMBITO DO EDITAL MAPA/CNPq

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A missão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

No cumprimento de sua missão, o MAPA formula e executa políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando aspectos mercadológicos, tecnológicos, científicos, organizacionais e ambientais, na busca do atendimento às exigências dos consumidores brasileiros e do mercado internacional.

As medidas adotadas pela Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do MAPA são fundamentadas cientificamente, conforme preconizam os Acordos de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias e de Obstáculos Técnicos ao Comércio, da Organização Mundial de Comércio (OMC). O apoio, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que a comunidade científica e tecnológica brasileira prestará às atividades no campo da defesa agropecuária impactará positivamente o desenvolvimento do agronegócio nacional e a Academia que poderá, por sua vez, atuar de modo objetivo na solução de entraves relacionados à melhoria da qualidade dos insumos agropecuários e da situação zoossanitária e fitossanitária, assim como da qualidade e inocuidade de seus produtos e subprodutos.

Com esse propósito, a SDA e o CNPq, em inédita parceria, propõem o presente edital que terá como reflexo o aumento do número de instituições e da massa crítica de cientistas especializados em temas afetos à defesa agropecuária, além de contribuir para a formação profissional nesta área, mediante a concessão de bolsas de estudos em temas de interesse para a SDA.

A SDA, como órgão do governo que executa a certificação de forma sistêmica e ao longo de toda a cadeia produtiva do agronegócio, desde os insumos, passando pelas plantas e animais até seus produtos e subprodutos, demanda apoio científico e tecnológico para o aprimoramento continuado das suas ações.

Até o presente, esse apoio era obtido esporadicamente. Com a celebração deste edital a SDA contará com um instrumento formal de parceria com as instituições de pesquisa e ensino e de cientistas, aptos a atender as necessidades de suporte tecnológico e de inovação.

Além disso, o crescimento do agronegócio e o conseqüente aumento das exigências sanitárias e fitossanitárias pressupõem a necessidade de se ampliar o apoio oferecido por órgãos e entidades de ciência e tecnologia, com o objetivo de aperfeiçoar as ações desenvolvidas pela defesa agropecuária.

Diante do exposto, entende-se que os avanços científicos e tecnológicos contínuos fomentados por esta parceria auxiliarão o desenvolvimento da defesa agropecuária brasileira, aumentando o poder de enfrentamento aos desafios da produção agropecuária, comércio de animais, vegetais, seus produtos e insumos agropecuários.

A seguir são apresentadas as demandas da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA para orientar a elaboração de propostas a serem apresentadas ao Edital CNPq 64/2008. As propostas deverão ser estruturadas visando atender a uma das quatro linhas de ação:

- Estruturação e implantação de redes de pesquisas científicas, tecnológicas de inovação e controle;
- Projetos de pesquisa científica e tecnológica e inovação
- Capacitação de recursos humanos
- Centros colaboradores em defesa agropecuária

2. AS DEMANDAS DA SDA

Para finalidade do edital MAPA/CNPq, a SDA organizou sua demanda da seguinte forma:

2.1. FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS

A fiscalização dos insumos agropecuários realizada pelos Departamentos de Fiscalização de Insumos Pecuários (DFIP) e de Fiscalização de Insumos Agrícolas (DFIA) objetiva assegurar qualidade, inocuidade, identidade e a segurança dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores.

Essa garantia passa obrigatoriamente pela fiscalização e inspeção dos insumos agropecuários, os quais são a base da produção de animais e vegetais no País.

A ação permanente de fiscalização por parte do DFIP e DFIA estabelece controle sobre os padrões de qualidade e conformidade dos insumos e serviços agropecuários, colocados no mercado à disposição dos consumidores. Essa fiscalização se dá nos segmentos de insumos pecuários (de alimentos destinados a alimentação animal, dos produtos de uso veterinário,

material genético animal), de insumos agrícolas (prestação de serviços de aviação agrícola, dos agrotóxicos e afins, dos fertilizantes, corretivos e inoculantes e das sementes e mudas).

Entre as necessidades prioritárias do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas e do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários está a de suprir carências científicas e tecnológicas de apoio às ações de fiscalização.

Para linhas de ação "Projetos, redes e centros colaboradores de pesquisa científica, tecnológica e inovação" as demandas são as seguintes:

- a) Análise de risco e medidas de controle da resistência antimicrobiana relacionada à utilização de antimicrobianos em animais produtores de alimentos;
- b) Avaliação do impacto do uso de aditivos antimicrobianos e coccidiostáticos na segurança dos alimentos, resistência bacteriana, abastecimento, qualidade, produtividade e preço final dos alimentos.
- c) Avaliação do uso de agrotóxicos no abastecimento, preço final, qualidade, produtividade e segurança do produto agrícola;
- d) Desenvolvimento de estudo de comprovação de paternidade dos reprodutores doadores de material genético com foco nas espécies bovina, caprina, ovina, eqüina e estabelecer protocolo validado para fiscalização;
- e) Desenvolvimento de estudos comparativos das legislações vigentes com os principais parceiros comerciais do Brasil nos segmentos: dos agrotóxicos e afins, dos fertilizantes, corretivos e inoculantes e das sementes e mudas, produtos destinados à alimentação animal, dos produtos de uso veterinário e do material genético animal;
- f) Desenvolvimento de metodologia analítica e amostral para avaliação da conformidade e da inocuidade de agrotóxicos e afins, fertilizantes, inoculantes e corretivos e sementes e mudas;
- g) Desenvolvimento de metodologia analítica para antimicrobianos em diluentes comerciais e no sêmen industrializado nacional e importado das espécies de animais domésticos;
- h) Desenvolvimento de metodologia de amostragem de sêmen e embriões nacionais e importados;
- i) Desenvolvimento de metodologia de validação relacionada à análise de resíduos de produtos veterinários e correlação entre a utilização de matrizes biológicas provenientes de diferentes espécies animais;
- j) Desenvolvimento de metodologias analíticas para identificação e quantificação de resíduos em produtos de origem animal em decorrência do emprego de produtos de uso veterinário de natureza farmacêutica e de aditivos na produção.
- k) Desenvolvimento de metodologias para avaliação de agrotóxicos visando o controle de pragas e doenças;
- l) Desenvolvimento de métodos estatísticos aplicados ao estudo de eficácia e segurança de produtos de uso veterinário e ao estudo de eficácia e praticabilidade agrônoma e de resíduos de agrotóxicos e afins;

- m) Desenvolvimento de métodos validados de ensaio e amostragem, insumos para diagnóstico de pragas, doenças e detecção de OGMs; ensaio de proficiência e produção de materiais de referência certificados;
- n) Desenvolvimento de modelos epidemiológicos e investigativos sobre a casualidade entre o evento adverso e o produto de uso veterinário ou aditivo;
- o) Desenvolvimento de novas metodologias de controle de qualidade de produtos de uso veterinário e aditivos;
- p) Desenvolvimento de padrões de testes para análise das características físico-químicas de agrotóxicos e afins visando à atividade de fiscalização;
- q) Desenvolvimento de padrões de testes para análise das características genéticas, físicas, microbiológicas e morfológicas do sêmen industrializado e embriões in vivo e in vitro, das espécies de animais domésticos visando à atividade de fiscalização;
- r) Desenvolvimento de pesquisas sobre aproveitamento agrícola de sub-produtos agroindustriais e industriais e de resíduos urbanos;
- s) Desenvolvimento de protocolo de bioequivalência em produtos de uso veterinário e aditivos;
- t) Desenvolvimento de protocolos experimentais para avaliação de eficácia e praticabilidade agrônoma e de resíduos de agrotóxicos e afins para culturas com suporte fitossanitário insuficiente ("minor crops");
- u) Desenvolvimento de protocolos experimentais para avaliação de eficácia e segurança de produtos de uso veterinário: antimicrobianos; antiparasitários; analgésicos e antiinflamatórios; anestésicos; homeopáticos; fitoterápicos; destinados à aquicultura; destinados à reprodução animal; desinfetantes e anti-sépticos de uso veterinário; vacinas e kit's de diagnósticos;
- v) Desenvolvimento de protocolos experimentais para determinação de período de carência de produtos de uso veterinário de natureza farmacêutica e aditivos para alimentação de animais de produção;
- w) Desenvolvimento de requisitos técnicos aplicáveis às Boas Práticas de Fabricação e APPCC de produtos de uso veterinário e aditivos para alimentação de animais de produção e de agrotóxicos e fertilizantes;
- x) Desenvolvimento de técnica para avaliação da importância toxicológica de produtos de degradação em medicamentos de uso veterinário;
- y) Desenvolvimento de técnica para avaliação do comportamento farmacocinético e da estabilidade de produtos de uso veterinário administrados via diferentes perfis de ração;
- z) Desenvolvimento tecnológico de ferramentas para análise de risco aplicadas aos insumos agropecuários;
- aa) Desenvolvimento tecnológico de metodologias analíticas e amostrais para avaliação da conformidade e inocuidade de insumos pecuários;
- bb) Desenvolvimento tecnológico de metodologias analíticas e amostrais para avaliação de conformidade de agrotóxicos e afins, sementes e mudas, fertilizantes, inoculantes e corretivos;

- cc) Desenvolvimento tecnológico para embasamento de definição de padrões de identidade, qualidade e inocuidade de insumos agropecuários;
 - dd) Desenvolvimento tecnológico para identificação genética não-invasiva de sêmen e embriões para as espécies de animais domésticos;
 - ee) Desenvolvimento tecnológico para validação de protocolos de amostragem e controle da qualidade e identidade de material genético animal nacional e importado e de agrotóxicos e afins.
 - ff) Estudo epidemiológico das principais doenças de interesse da esfera reprodutiva no país para as espécies de animais domésticos;
 - gg) Estudos comparativos de tecnologias na produção de produtos de uso veterinário de natureza biológica;
 - hh) Estudos de ecotoxicologia de produtos de uso veterinário;
 - ii) Identificação, determinação de índices de tolerância e medidas de controle de micotoxinas em produtos para alimentação animal;
 - jj) Pesquisa de avaliação do impacto da alteração de excipientes na eficácia e segurança dos produtos de uso veterinário;
 - kk) Pesquisa sobre aproveitamento sustentável de sub-produtos agroindustriais e industriais e de resíduos urbanos como insumos para a produção agropecuária considerando a conformidade e inocuidade do produto final.
- II) Seleção, validação e publicação de métodos analíticos oficiais para agrotóxicos e afins.

2.2. INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL

A inspeção de produtos de origem vegetal e animal do MAPA objetiva proporcionar a oferta e a comercialização de produtos vegetais, produtos de origem animal e seus derivados, pautados na atual realidade dos mercados nacional e internacional, com níveis de qualidade e segurança alimentar desejáveis, por meio da implementação de diferentes ações, tais como a elaboração de Regulamentos Técnicos, de caráter obrigatório de aplicação, com base em parâmetros que refletem as características de identidade e qualidade desses produtos, possibilitando a agregação de valores; a transparência na comercialização; a diferenciação de preços em função da qualidade e; maior competitividade e produtividade. Essa inspeção permite ainda a livre e adequada escolha por parte do consumidor; a promoção da competitividade dos produtos nos mercados nacional e internacional e o estabelecimento de indicadores confiáveis e justos para a comercialização de produtos vegetais, produtos de origem animal e seus derivados. Dessa forma, a fiscalização e inspeção agropecuária verificam a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal colocados à disposição do consumidor, com vistas à segurança alimentar; controle e monitoramento dos níveis de contaminação biológica e de resíduos; resguarda a economia nacional dos riscos de importação de produtos impróprios ou inadequados ao uso proposto; avalia a qualidade dos produtos adquiridos pelo Governo para fins de estoques reguladores e/ou atendimento aos programas sociais; e promove a capacitação, especialização e

treinamento de recursos humanos visando o melhor desempenho das atividades de controle de qualidade desses produtos, para os mercados interno e externo.

Entre as necessidades prioritárias da área de qualidade e inocuidade de produtos de origem animal e vegetal está a necessidade de projetos de pesquisa, centros colaboradores e a criação de redes de pesquisa nos seguintes temas:

- a) Desenvolvimento de métodos validados de ensaio e amostragem, insumos para diagnóstico de pragas, doenças e detecção de OGMs; ensaio de proficiência e produção de materiais de referência certificados;
- b) Embasamento técnico para a conformidade de padrões de identidade, de qualidade e segurança de produtos de origem animal e vegetal;
- c) Embasamento técnico-científico para definição de critérios, padronização e procedimentos de inspeção e fiscalização de qualidade de produtos de origem animal e vegetal;
- d) Desenvolvimento de métodos analíticos para combate a fraudes em carnes, bebidas e outros produtos de origem animal e vegetal;
- e) Desenvolvimento de métodos para avaliação do risco potencial à exposição a alimentos com resíduos de medicamentos veterinários, aditivos para alimentação animal, agrotóxicos e contaminantes em geral em produtos agropecuários.
- f) Desenvolvimento de sistemas de rastreabilidade de produtos de origem animal e vegetal.

2.3.SAÚDE ANIMAL E SANIDADE VEGETAL

A política de defesa sanitária animal e vegetal do Brasil, definida pelo MAPA, leva em consideração o sistema de defesa animal e vegetal presente no País, suas particularidades e demandas regionais elencando estratégias de defesa zoossanitária e fitossanitária bem definidas e específicas para prevenir, controlar ou erradicar doenças, pragas, ou riscos sanitários e fitossanitários.

Especificamente, sob a óptica da melhoria da situação sanitária dos rebanhos nacionais, elevando o valor do patrimônio pecuário nacional, objetivo maior da defesa zoossanitária, a geração de conhecimento sobre a epidemiologia das doenças, sua forma de prevenção, e, caso ocorram, seu controle ou erradicação, é de suma importância para a eficácia do sistema e para o reconhecimento crescente do Brasil, em nível internacional, como vanguarda em sanidade animal.

A Defesa Sanitária Vegetal tem como um dos seus objetivos principais a elaboração das diretrizes de ação governamental para a sanidade vegetal, com vistas a contribuir para a

formulação da política agrícola e a geração de informações técnico-científicas estratégicas para o setor, com ênfase nas áreas de prevenção, monitoramento e controle de pragas que representam riscos para o agronegócio brasileiro. Estas informações são essenciais para apoiar a realização e implantação de políticas públicas fitossanitárias visando salvaguardar o agronegócio brasileiro, tanto no que se refere à manutenção da sanidade dos cultivos nacionais para abastecimento do mercado interno, mas também, para a proteção das “commodities” exportadas e geradoras de divisas e para apoiar as negociações de aberturas de novos mercados para produtos brasileiros.

A criação e aprimoramento de redes de pesquisa, e o fomento a projetos e a criação de Centros de colaboração estritamente relacionadas às prioridades de ação em sanidade animal e vegetal, trará benefícios à agropecuária nacional, tanto do ponto de vista produtivo, de saúde pública e para enfrentamento às restrições do comércio de animais, vegetais e seus produtos.

2.3.1. Área Animal

Dentre as prioridades de desenvolvimento científico e tecnológico em vigilância e sanidade animal, destacam-se:

- a) Desenvolvimento e validação de métodos de ensaios/diagnósticos laboratoriais de doenças, de ensaios de proficiências, de materiais de referência certificados e insumos para diagnósticos de doenças;
- b) Estratégias de prevenção, controle e erradicação de doenças das aves comerciais;
- c) Estratégias de prevenção, controle e erradicação da febre aftosa;
- d) Estratégias de prevenção, controle e erradicação de doenças dos suídeos;
- e) Estratégias de prevenção, controle e erradicação de doenças dos eqüídeos;
- f) Estratégias de prevenção, controle e erradicação da brucelose e tuberculose animal;
- g) Estratégias de prevenção, controle e erradicação da raiva dos herbívoros e outras encefalopatias transmissíveis,
- h) Estratégias de prevenção, controle e erradicação de doenças dos pequenos ruminantes;
- i) Estratégias de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais aquáticos (peixes, moluscos e crustáceos);
- j) Estratégias de prevenção, controle e erradicação de doenças das abelhas (*Apis mellifera*);

- k) Desenvolvimento de ferramentas epidemiológicas para subsidiar as estratégias de prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais de interesse comercial,
- l) Desenvolvimento de sistemas de informação zoossanitária,
- m) Desenvolvimento de sistemas de rastreabilidade de rebanhos de interesse comercial,
- n) Estudos econômicos relacionados ao impacto das doenças dos animais;

2.3.2. Área Vegetal

Dentre as prioridades de desenvolvimento científico e tecnológico em vigilância e sanidade vegetal, destacam-se:

As redes de pesquisa devem ser referentes aos seguintes temas:

- a) Pragas regulamentadas:
 - Catalogação, em nível mundial, das pragas que afetam os seguintes grupos de culturas: hortaliças, flores e plantas ornamentais, frutíferas, grandes culturas, forrageiras e essências florestais e sua associação com as partes vegetais.
 - Estratégias de prevenção/controle/erradicação de pragas quarentenárias, por meio de elaboração de fichas com informações sobre as pragas regulamentadas (quarentenárias ausentes, quarentenárias presentes e não quarentenárias regulamentadas), visando estabelecimento de requisitos fitossanitários para importação de produtos vegetais e elaboração de planos de contingência e emergência;
 - Elaboração de sistema de identificação e catalogação de pragas interceptadas em produtos vegetais importados pelo Brasil;
- b) Estratégias de prevenção, monitoramento, ocorrência, epidemiologia, controle e erradicação das principais pragas que afetam os seguintes grupos de culturas: hortaliças, flores e plantas ornamentais, frutíferas, grandes culturas, forrageiras e essências florestais;
- c) Levantamento e catalogação de pragas que ocorrem no Brasil associadas a hortaliças, flores e plantas ornamentais, frutíferas, grandes culturas, forrageiras e essências florestais e sua distribuição geográfica;

- d) Desenvolvimento de métodos validados de ensaio e amostragem, insumos para diagnóstico de pragas, doenças e detecção de organismos geneticamente modificados - OGMs; ensaios de proficiência e produção de materiais de referência certificados;
- e) Desenvolvimento de métodos quantitativos e modelagem para avaliação de impactos econômicos de pragas;
- f) Estudos estratégicos sobre legislação e vinculação com temas das organizações multilateral, regionais e nacionais de proteção fitossanitária;
- g) Estruturação de clínicas fitopatológicas para atendimento público nas ICTs;

Não obstante, serão aceitos outros temas não especificados, mas que guardem aderência à linha de pesquisa necessária à SDA.

2.4. DEMANDAS TRANSVERSAIS

A área de Apoio Laboratorial do MAPA promove e coordena a execução das análises laboratoriais requeridas como suporte às ações de defesa agropecuária, bem como as demandas advindas de outros órgãos do MAPA, coordenando, orientando e acompanhando a execução das atividades finalísticas dos Laboratórios Nacionais Agropecuários do MAPA (LANAGROS) e dos credenciados por meio de supervisões e auditorias, exigindo, dentre outras diretrizes, a utilização de Sistema de Gestão da Qualidade ISO 17025. É uma área, portanto, transversal a todas as demais áreas que executam ações diretas de defesa agropecuária e qualquer ação que amplie ou agregue competência e capacidade laboratorial deverá ter prioridade. Nestas demandas poderão ser submetidas propostas em qualquer uma das linhas de ação.

A Coordenação Geral de Vigilância Agropecuária implementa as atividades de controle e fiscalização do trânsito internacional dos produtos e insumos agropecuários, com base nos regulamentos definidos pelos setores técnicos da SDA.

O desenvolvimento e a implementação de técnicas e equipamentos modernos de inspeção e fiscalização das mercadorias em trânsito, cada vez mais tem sido tratado como medida estratégica para a segurança fitozoossanitária e alimentar em todo o mundo.

O estudo e o estabelecimento de parâmetros estatísticos eficazes e aplicáveis às operações de fiscalização de mercadorias em trânsito internacional requerem avaliações específicas e constituem-se em medidas fundamentais para a atuação ágil e eficaz do MAPA.

Complementarmente, o desenvolvimento de sistemas informatizados, elaborado com base em mapeamento dos processos, disponibilizará importante ferramenta de trabalho à fiscalização, conferindo agilidade, eficácia e transparência, além da sistematização de dados com vistas à aplicação da gestão dos riscos no controle do trânsito de produtos e insumos agropecuários.

Por último, e não menos importante, a parceria com as instituições de ensino e pesquisa fortalecerá os mecanismos de atualização e capacitação dos recursos humanos envolvidos com a fiscalização do trânsito internacional de mercadorias, garantindo uma atuação competente da SDA nesta área. Cabe salientar que este tema não consta de nenhuma grade curricular na formação dos profissionais que atuam na vigilância agropecuária internacional.

A Coordenação de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados (CBIO/SDA) compete à coordenação, a elaboração, e a promoção da execução, o acompanhamento e a avaliação dos programas e ações relacionados à biossegurança de organismos geneticamente modificados (OGM) na agropecuária. Dentre as diversas atividades da CBIO estão o apoio às atividades de registro e fiscalização exercidas pelo MAPA, quando da análise para liberação de OGM e seus derivados em escala comercial; o planejamento e coordenação das ações de fiscalização de atividades de pesquisa com OGM e seus derivados, destinados ao uso na agricultura, pecuária, agroindústria e áreas afins, em articulação com as demais unidades organizacionais relacionadas à fiscalização desse segmento, no âmbito da SDA/MAPA e também a programação e a realização de eventos de treinamento e capacitação relativos às atividades de biossegurança de OGM.

Todas as ações e medidas oriundas da SDA fundamentam-se em aspectos científicos, conforme preconizam os organismos internacionais de sanidade vegetal, animal e de comércio, como o Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias e o Acordo de Obstáculos Técnicos ao Comércio da OMC. O apoio da comunidade científica e tecnológica brasileira às políticas brasileiras de defesa agropecuária resultará em impacto positivo para o agronegócio nacional e para a Academia, atuando na solução de entraves relacionados à melhoria da qualidade e da situação zoossanitária e fitossanitária e seus produtos, além do avanço tecnológico em insumos agropecuários.

Ao se fomentar a evolução de linhas de pesquisa direcionadas a estratégias de prevenção, controle e erradicação de doenças e pragas, incluindo sua detecção (laboratorial), controle de qualidade de produtos e insumos agropecuários, promovem-se ganhos significativos, dos pontos de vista econômico e social, para o País, além de gerar um número cada vez maior de grupos de cientistas especialistas, abrangendo as diversas áreas de conhecimento que envolvem os distintos campos de atuação da Secretaria de Defesa Agropecuária, para assistência científica a questões que envolvam a prevenção, controle e erradicação de doenças, pragas e perigos sanitários e incremento da qualidade de insumos e produtos agropecuários.

2.5. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Em relação à capacitação de recursos humanos, espera-se que a proposição de propostas relacionados a seminários, cursos de curta duração e especialização (mínimo de 360 h), voltados para a formação de agentes e gestores públicos em desenvolvimento de ações nas diferentes

áreas da defesa agropecuária. Adicionalmente, os projetos poderão apresentar outras formas de capacitação, como treinamento de curta duração no país e no exterior, e propostas para a consolidação e criação de cursos de Mestrado (convencional, profissionalizante, presencial, semi-presencial ou à distância) e bolsas adicionais para os cursos já em andamento, com turmas preferenciais para os fiscais federais agropecuários, agentes governamentais oficiais que atuem na defesa agropecuária.

Além dos temas já especificados em outros itens, as propostas de capacitação devem abranger uma ou mais, das áreas apresentadas abaixo:

- a) Administração de quarentenários animais;
- b) Administração direcionada ao serviço de inspeção de produtos de origem animal e vegetal;
- c) Análise de risco (avaliação, gerenciamento e comunicação) em alimentos, insumos e produtos agropecuários, sanidade animal e vegetal e OGM;
- d) Análises físico-químicas, microbiológicas e de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal e alimentos para animais;
- e) Andrologia em animais de interesse zootécnico;
- f) Antimicrobianos usados na produção animal e resistência antimicrobiana;
- g) Avaliação de ensaios e experimentos agrícolas em agrotóxicos e fertilizantes;
- h) Biologia Molecular: área de concentração: Organismo Geneticamente Modificado - OGM;
- i) Biotecnologia da reprodução de animais de interesse zootécnico;
- j) Biotecnologia e biossegurança de OGM;
- k) Boas práticas agrícolas e veterinárias;
- l) Boas práticas aplicadas à manipulação higiênico-sanitária de material genético animal;
- m) Boas Práticas de Fabricação- BPF e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC na fabricação de qualquer dos insumos agropecuários;
- n) Boas Práticas de Laboratório - BPL;
- o) Controle da qualidade de bebidas e outros produtos de origem vegetal e animal;
- p) Controle da qualidade dos insumos pecuários;
- q) Defesa Agropecuária;
- r) Desenvolvimento de aplicações com uso "Softwares livres" para gestão de processos;
- s) Determinação do período de carência de produtos de uso veterinário e aditivos para alimentação animal;

- t) Direito e processo administrativo relacionados às atividades de fiscalização agropecuária,
- u) Doenças exóticas dos animais, de interesse para a produção animal;
- v) Elaboração e Gerenciamento de Projetos;
- w) Emergência zoossanitária;
- x) Estudos de eficácia e segurança em produtos de uso veterinário e aditivos para alimentação animal;
- y) Estudos epidemiológicos para a criação e manutenção de zonas livres de doenças dos animais;
- z) Farmacovigilância;
- aa) Gestão e garantia da qualidade; produção e controle de qualquer dos insumos agropecuários;
- bb) Metodologia de controle de qualidade de qualquer dos insumos agropecuários;
- cc) Metodologia de diagnóstico laboratorial de doenças dos animais e pragas e doenças dos vegetais;
- dd) Métodos estatísticos aplicados ao controle de qualidade de qualquer dos insumos agropecuários;
- ee) Metrologia e Estatística Laboratorial,
- ff) Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais;
- gg) Produção e controle de produtos para alimentação animal com aditivos ou com produtos de uso veterinário;
- hh) Proteção de Plantas
- ii) Química Analítica Aplicada na área de concentração "Análises de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal";
- jj) Relatoria de atos legais relacionados à defesa agropecuária
- kk) Sistemas de Defesa Zoossanitária;
- ll) Sistemas práticos de identificação de pragas dos vegetais;
- mm) Uso de sistemas operacionalizados relacionados com a defesa agropecuária;
- nn) Validação de metodologias analíticas para controle da qualidade de qualquer dos insumos agropecuários;
- oo) Validação de processos em estabelecimentos fabricantes de qualquer dos insumos agropecuários;
- pp) Vigilância Agropecuária Internacional;

Brasília, 1º de outubro de 2008

Departamento de Fiscalização de Insumos
Pecuários

Departamento de Fiscalização de Insumos
Agrícolas

Departamento de Inspeção de Produtos de
Origem Animal

Departamento de Inspeção de Produtos de
Origem Vegetal

Departamento de Sanidade Vegetal

Departamento de Saúde Animal

Coordenação-Geral de Vigilância Agropecuária

Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial

Coordenação de Biossegurança de Organismos
Geneticamente Modificados

Coordenação de Controle de Resíduos e
Contaminantes

Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade

Coordenação de Apoio Orçamentário

Secretaria de Defesa Agropecuária